

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.650 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2003



Presidida por Edison Lobão, a CCJ sabatina o juiz Teori Albino Zavascki

Célio Azevedo

## Amorim fala ao Senado sobre ações pela paz

Presidente da CRE, Suplicy destaca importância de o Congresso acompanhar a política externa

Os esforços do governo brasileiro para evitar a deflagração de guerra entre Estados Unidos e Iraque devem ser relatados ao Plenário do Senado, hoje, a partir das 10h, pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Convidado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Amorim falará, também, sobre os rumos da política externa brasileira. O presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy, destacou a importância de o Congresso acompanhar as atividades do Estado brasileiro em sua política externa e convidou o corpo diplomático credenciado em Brasília para assistir à palestra do ministro.

PÁGINA 3

## Comissão de Justiça aprova indicação de juiz gaúcho para ministro do STJ

PÁGINA 5



Jane de Araújo

Comissão de Fiscalização e Controle discutiu os requerimentos de informações dirigidos ao governo

## Senadores pedem esclarecimentos sobre crise nos setores elétrico e habitacional

PÁGINA 7

## Cotas não beneficiam apenas negros, afirma Paim

PÁGINA 6



Genildo Miegela

Paim lamenta visão negativa da elite sobre cotas para negros

## Suassuna propõe grupo de trabalho contra violência

Criação de grupo de trabalho para estudar ações contra a violência e a insegurança foi solicitada por Ney Suassuna em requerimento à Mesa do Senado. O tema foi abordado em Plenário, também, pelos senadores Marcelo Crivella, Romeu Tuma, Sérgio Cabral e Hélio Costa.

PÁGINA 4

## Tuma destaca importância do ILB na abertura do ano letivo

A importância do treinamento oferecido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) não somente para o público interno, mas especialmente para pequenas prefeituras, foi destacada pelo senador Romeu Tuma, 1º secretário do Senado, na abertura do ano letivo na instituição.

PÁGINA 8

# Valadares quer alimentação como direito social

Prevista em proposta de sua autoria, a medida é marco inicial de um “projeto de construção da vida republicana brasileira”, disse o senador. Para ele, o combate à fome está ligado à cidadania e a políticas de desenvolvimento



Segundo Luiz Otávio, o Pará está perdendo centenas de milhões de reais devido à Lei Kandir

## Luiz Otávio defende mudança na Lei Kandir

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou que trabalhará, no Senado, pela modificação da Lei Kandir, que cria compensações para a política de desoneração das exportações, por entender que o seu estado, o Pará, vem sendo prejudicado. Ao exportar US\$ 2 bilhões anuais em produtos minerais, o governo paraense está perdendo centenas de milhões de reais em impostos que não são cobrados para baratear as exportações, disse.

Luiz Otávio acrescentou que “as eleições já acabaram e é chegada a hora de parlamentares de todos os partidos trabalharem em conjunto” para aprovar as reformas e a legislação de que o Brasil precisa.

— Não vamos repetir a atitude do PT, que, na legislatura passada, obstruiu a votação do PLP nº 9, sobre a Previdência, e agora quer aprovar o projeto. Vamos descer dos palanques e ajudar o governo e o Brasil — concluiu Luiz Otávio.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem proposta de emenda à Constituição (PEC), de sua autoria, que inclui a alimentação no rol dos direitos sociais garantidos ao povo brasileiro. A proposta, apresentada em 2001, já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e em março será submetida ao Plenário.

Valadares entende que a proposta contém as aspirações de todos aqueles que, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “desejam erradicar a pobreza, extinguir a miséria e fazer justiça social”. Ele considerou relevante



Valadares: proposta contribui para erradicação da pobreza e da miséria

que a vitória de Lula tenha devolvido ao debate nacional temas ligados à fome.

O senador mencionou diversas

declarações internacionais de direitos humanos que consignam a alimentação como direito. Para ele, inserir a alimentação no rol dos direitos sociais é o marco inicial de um “projeto de construção da vida republicana brasileira”, cuja conclusão ainda está por se efetivar.

— A questão aqui não é apresentar grandes inovações no campo social, mas ampliar e socializar direitos que, por estarem concentrados, parecem assumir uma forma de privilégio — disse.

Valadares sustentou que, com a medida, a alimentação será um direito de cidadania, intimamente ligado ao desenvolvimento de políticas públicas que reclamam a ativa intervenção do Estado. Com isso, no seu entender, o Estado será exigido na formulação de planos, tomadas de decisão, determinação de objetivos e critérios e definição precisa de recursos.

O senador afirmou ainda que o direito à alimentação contido no Projeto Fome Zero não pode guiar-se pelo “impulso meritório de fazer o bem” e nem ser confiado a pessoas sem a necessária qualificação.

## Lobão discute com juízes reforma do Judiciário

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), recebeu na noite de ontem as visitas do presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Paulo Sérgio Domingues, e do presidente e secretário-geral da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

(Anamatra), Hugo Cavalcanti Melo Filho e Paulo Luiz Schmidt. Eles conversaram sobre as propostas de reforma do Poder Judiciário que serão reexaminadas pela CCJ.

Logo depois, o senador Edison Lobão conversou, em seu gabinete, com integrantes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Foram

discutidas, como nos encontros anteriores, as medidas que integram a reforma do Poder Judiciário em reexame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Estiveram com o senador o presidente da associação, Marfan Vieira; a vice-presidente, Regina Butrus; e o secretário-geral da entidade, José Juarez Mustafá.



Magistrados da Justiça Federal e do Trabalho conversam com Lobão sobre propostas em tramitação que mudam o Judiciário

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2003

1º Vice-Presidente  
Paulo Paim

8h30 — Recebe Fernando Rosa. Vice-presidência  
9h35 — Recebe Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores. Presidência  
15h — Recebe Franklin de Carvalho, tesoureiro da Associação Ferroviária dos Aposentados e Pensionistas (RS). Vice-presidência  
15h30 — Recebe Hugo Cavalcanti Melo Filho, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Vice-presidência  
16h30 — Recebe Regina Santos, da TV Afirmação. Vice-presidência  
19h30 — Audiência com o ministro Cristovam Buarque, da Educação. Ministério da Educação

### PLENÁRIO

10h — O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, debate a política externa brasileira, inclusive a posição do país sobre o conflito no Oriente Médio.  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens; e PR nº 60/99, altera a Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciêl da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações





Rosenvelt Pinheiro

Ideli Salvatti estranhou ofício de Bornhausen e reafirmou pedido de apoio à CPI sobre evasão de divisas

## Ideli: objetivo de CPI é apurar remessa ilegal

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) estranhou ontem a reação do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) a discurso em que ela pediu a criação de uma CPI para investigar a evasão de divisas e a remessa ilegal de dólares para o exterior. Ideli considerou inexplicável o ofício em que Bornhausen afirma que ela transgrediu o Código de Ética ao mencioná-lo em seu discurso.

Nesse ofício, no qual lista documentos atestando que não enviou recursos para o exterior, Bornhausen afirma que deseja resguardar a verdade e que as afirmações, ainda que inverídicas, causam extenso dano à sua imagem, honra e vida privada. Ele termina o documento dizendo que, caso a senadora transgreda novamente o Código de Ética, solicitará a competente medida disciplinar para o caso.

— Por que estou sendo ameaçada? Não estou entendendo. Não sei em que transgredir para ser ameaçada na hipótese de uma nova transgressão. Não cometi nenhuma ofensa, nenhum desacato. Estou imbuída de um único objetivo: investigar a remessa ilegal de dólares, impedir a morosidade na punição dos culpados e conseguir o repatriamento desses recursos. Isso é que é importante — disse a senadora.

Ideli frisou que seu único propósito é preservar o Senado e os senadores. Mais uma vez, ela pediu o apoio de todos os partidos à criação da CPI, que considera fundamental para os destinos da nação.

— Pedi e volto a pedir. Quero a assinatura de todos os partidos, a assinatura do PFL, a assinatura do senador Jorge Bornhausen. Nossa preocupação foi muito diferente do que pode ter sido levado ao senador Bornhausen — afirmou.

A parlamentar explicou que, em seu discurso, só mencionou o senador Jorge Bornhausen porque ele foi citado em reportagens a respeito do assunto.

# Amorim fala ao Senado sobre esforços pela paz

Ministro das Relações Exteriores expõe hoje no Plenário rumos da política externa e ações do país para evitar a guerra no Oriente Médio

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, comparecerá hoje, às 10h, ao Plenário do Senado para fazer uma exposição sobre a política externa brasileira. O ministro dará ênfase especial aos esforços que o atual governo está desenvolvendo em prol de um entendimento entre os Estados Unidos e o Iraque, para evitar a deflagração de uma guerra no Oriente Médio.

A informação foi dada em Plenário, ontem, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Celso Amorim comparecerá ao Senado a convite da comissão.

Suplicy destacou a importância de o Congresso acompanhar as ativi-



Jane de Araújo

Suplicy convidou corpo diplomático para assistir à palestra do ministro

dades do Estado brasileiro no campo da sua política externa e convidou o corpo diplomático credenciado em Brasília para assistir à palestra do ministro.

O chanceler brasileiro esteve no Senado no último dia 19, quando

debateu a possibilidade de guerra com os senadores do PT, PTB, PSB e PL, partidos que integram o bloco de apoio ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, Celso Amorim avaliou que há poucas chances para a paz. Ele afirmou ainda que, mesmo que a guerra entre Estados Unidos e Iraque seja de curta duração, os estragos econômicos serão enormes, principalmente para os países em desenvolvimento, que poderão enfrentar uma longa depressão econômica.

Celso Amorim chegou a estimar que o preço do petróleo no mercado internacional poderá chegar à marca de US\$ 50 o barril. Isso atingiria seriamente o Brasil, mesmo com o país tendo hoje uma dependência de apenas 10% do petróleo importado.

## Virgílio manifesta posição do PSDB contra a guerra

Lembrando que na manhã de hoje o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, estará no Senado debatendo a posição brasileira diante do conflito entre Estados Unidos e Iraque, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), comunicou ter mantido contato telefônico com a embaixadora americana, Donna Hrinak, informando-a de que o seu partido é contrário ao início da guerra.

— A embaixadora, sem ironia, disse que tinha a convicção de que o PSDB também faria gestões junto à embaixada do Iraque pedindo que o país cumprisse as resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU). Mostrei a ela que o partido tem repulsa a Saddam Hussein. Mas acrescentei que, da mesma forma que o Iraque deve cumprir as resoluções da ONU, também é essencial que os Esta-

dos Unidos se submetam às decisões que porventura a ONU venha a tomar — relatou Arthur Virgílio.

Na avaliação do senador, não pode ocorrer com a ONU o que aconteceu com a Liga das Nações, que, após ter se revelado impotente para bloquear a invasão japonesa da Manchúria (1931), a agressão italiana à Etiópia (1935) e o ataque russo à Finlândia (1939), se autodissolveu em 1946, transferindo suas responsabilidades para a recém-criada ONU.

### AGÊNCIAS

Arthur Virgílio também informou ter apresentado projeto de lei criando um controle externo para as agências reguladoras. Pela proposta, integrarão o órgão de controle externo os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado e os presidentes da Comissão de Infra-



Rosenvelt Pinheiro

Arthur Virgílio telefonou à embaixadora dos EUA para comunicar posição do partido

Estrutura do Senado e da comissão similar da Câmara.

Outro assunto de Virgílio foi o apelo feito à Presidência do Senado no sentido de que reúna os líderes para negociar um acordo que destranque a pauta da Casa. A pauta está trancada pela medida provisória que renegocia dívidas de pequenos produtores.

## Relator da MP da dívida rural ganha mais tempo

Acordo de lideranças garantiu ao senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) prazo até depois do carnaval para apresentação do relatório sobre a Medida Provisória nº 77, que estabelece os termos da renegociação das dívidas de pequenos produtores rurais, no limite de R\$ 35 mil.

Alterada pela Câmara dos Deputados e transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 33, a MP trata da renegociação das dívidas com o

Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os bancos oficiais e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico/Fundo de Amparo ao Trabalhador (BNDES/FAT).

Jonas Pinheiro está tentando reduzir a menos de 10% a exigência de pagamento mínimo para quem quiser exercer o direito à renego-

ciação, e propõe estender além de 31 de março o prazo para quitação dessa parcela. Os líderes do PFL, senador José Agripino (RN), e do PT, Tião Viana (AC), concordaram ontem em dar mais tempo ao relator. Enquanto a MP não for votada, a pauta do Senado estará trancada, o que impede outras votações em Plenário e a deliberação de projetos terminativos nas comissões permanentes.



Jane de Araújo

Ana Júlia propõe debate sobre a alteração da alíquota dos royalties relativos à extração mineral

## Ana Júlia defende novo modelo para a Amazônia

A senadora Ana Júlia (PT-PA) defendeu ontem a mudança do modelo de desenvolvimento da Amazônia, por não ter, segundo ela, promovido a melhoria de vida da população, além de provocar a degradação do meio ambiente. Como parte dessa mudança, a senadora apresentou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos solicitando a criação de uma subcomissão temporária para iniciar imediatamente o debate sobre a necessária alteração da alíquota dos royalties relativos à extração mineral.

— Para se ter uma idéia, atualmente, a Vale do Rio Doce retira do subsolo 50 milhões de toneladas de minério e de ferro, 15 milhões de toneladas de bauxita, dez toneladas de ouro, além do manganês e caulim. Apenas R\$ 1,5 milhão em impostos sobre a extração de minério do subsolo são recolhidos — disse.

A senadora revelou que se sente surpresa porque só agora, motivado pela decisão da Vale de montar uma siderurgia no Maranhão, o governo do Pará passou a questionar as alíquotas dos royalties.

A mudança proposta, conforme Ana Júlia, visa contribuir para aumentar a receita dos estados com grande extração de minérios. Segundo ela, estados como Minas Gerais e Pará, a despeito do gigantismo do volume de minérios extraídos do solo, tiveram, em 2001, somente US\$ 25,3 milhões e US\$ 18 milhões, respectivamente, como contrapartida à exploração dessas riquezas.

A senadora lembrou que a Constituição prevê taxaço sobre renda diferencial da terra. Por isso, observou, é necessário que se crie para a Amazônia um modelo que se aproprie dessas receitas para beneficiar e fortalecer os agentes locais, com base na diferença e na diversidade.

Ana Júlia recebeu apertes dos senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Tião Viana (PT-AC) e Marcelo Crivella (PL-RJ).

# Suassuna propõe grupo de trabalho sobre a violência

Ao defender ações emergenciais, senador adverte que situação nas grandes cidades está beirando o insuportável

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou requerimento à Mesa solicitando a criação de um grupo de trabalho que estude ações emergenciais para conter a onda de violência e insegurança que atinge o país. Ele também anunciou que apresentará requerimen-



Suassuna: preocupação também com crise dos estados e da aviação

tos à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) propondo sejam analisadas a crise que atinge os estados e as dificuldades financeiras enfrentadas pelas companhias aéreas nacionais.

Na avaliação do senador, a violência nas grandes cidades está levando a sociedade ao limite do insuportável. Mesmo citando como exemplo do clima de violência os dias de terror que a população do Rio de Janeiro vem enfrentando, ele observou que a sensação de insegurança atinge todas as regiões do país.

— Nós, parlamentares, temos a nossa parcela de culpa. A legisla-

ção é frouxa e fraca e já não resolve os problemas da população. Até as pessoas que deveriam estar isoladas da sociedade conseguem, de dentro de prisões consideradas de segurança máxima, comandar cenas como as que ocorreram no Rio.

Marcelo Crivella (PL-RJ) lamentou que o narcotráfico e a criminalidade estejam agindo com tanta audácia. Ele informou que, junto com a bancada do Rio, participará hoje de audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para debater o assunto. Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu a criação de uma força-tarefa envolvendo a Polícia e a Receita Federal e outros órgãos.

Já o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) antecipou que proporrá ao presidente Lula a participação das Forças Armadas no combate ao crime no Rio. Ele acrescentou que mesmo que não seja

possível o Exército atuar ostensivamente nas ruas, poderia colaborar mediante a troca de informações dos seus serviços de inteligência. Hélio Costa (PMDB-MG) também falou de sua preocupação com a violência e informou que esta semana apresentou projeto propondo a duplicação da pena para o traficante que for apanhado num raio de 100 metros de uma escola.

## ESTADOS

Sobre a difícil situação financeira dos estados, Suassuna registrou que muitos dos problemas enfrentados não são de responsabilidade das administrações estaduais. Ele citou como exemplo o racionamento de energia elétrica, que obrigou uma redução no consumo, e, conseqüentemente, uma diminuição na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

As dificuldades das companhias aéreas, disse Suassuna, foram tema de estudos da CAE. Ele explicou que a gestão financeira desse tipo de empresa é muito difícil, já que o endividamento é em dólares e a arrecadação em reais.

## Crivella aponta discriminação contra o Rio

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse ontem que o estado do Rio de Janeiro vem sendo discriminado no repasse de recursos da União. De acordo com o parlamentar, de R\$ 463 milhões em emendas aprovadas para investimentos no estado, previstos pela Lei Orçamentária de 2002, somente R\$ 220 milhões foram empenhados. “E destes apenas R\$ 26 milhões foram efetivamente executados.”

Crivella apresentou ainda dados segundo os quais, no Rio de Janeiro, são arrecadados cerca de R\$ 10 bilhões para os cofres federais. Em contrapartida, sustentou o senador, “menos de R\$ 1 bilhão volta em forma de investimentos”.

Um dos outros representantes do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), afirmou que a discriminação orçamentária contra o estado vem do início dos anos 90.

— O Rio de Janeiro vem perdendo importância na alocação de recursos por parte do governo federal — disse. Sérgio Cabral rei-

vindicou para o Rio de Janeiro, que responde por 85% do petróleo produzido no país, a instalação da mais nova refinaria da Petrobras.

— É graças ao Rio de Janeiro que a Petrobras produz mais de um bilhão de barris. Não podemos admitir que a refinaria seja construída em outro lugar que não o Norte Fluminense — declarou o senador.

Marcelo Crivella relacionou as distorções nos mecanismos de repasse orçamentário ao estado às dificuldades do poder público fluminense em solucionar o problema da violência. Como forma de dotar o estado de condições para combater os surtos de violência, Crivella disse que apresentará projeto alterando os mecanismos de mobilização das forças militares. A idéia é agilizar a convocação de po-



Marcelo Crivella: repasse de recursos da União prejudica o Rio

liciais militares da reserva.

A proposta recebeu o apoio de Romeu Tuma (PFL-SP). Ele acrescentou a possibilidade de convocação de militares da Polícia do Exército (PE) para trabalhar no combate à violência urba-

na. Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou a necessidade de melhorar o salário dos policiais como forma de começar a resolver o problema.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apontou o contrabando e a falta de empecilhos ao comércio de armas como um dos principais ingredientes para o aumento dos índices de violência. Ney Suassuna (PMDB-PB) também se solidarizou com o pronunciamento de Crivella.

## Previsão de superávit primário

	Lei orçamentária de 2003	Decreto do governo	Projeto de Romeu Jucá
Fiscal / Seguridade	2,25	2,45	1,8
Estatais federais	0,55	0,7	0,45
Estados e municípios	0,95	1,1	0,75
Setor público	3,75	4,25	3,0

Fonte: Banco Central e projeto de lei orçamentária/2003

## Jucá: aumento do superávit primário feriu a Constituição

A Constituição não permite a fixação de superávit primário por meio de decreto, afirmou o senador Romero Jucá (PSDB-RR), ao anunciar a apresentação de projeto de decreto legislativo anulando a medida do Poder Executivo que aumentou o



Para Jucá, governo usurpa atribuições do Congresso

superávit de 3,75% para 4,25%.

— A Constituição impede até medida provisória sobre matéria orçamentária. O governo está usurpando atribuições do Congresso — argumentou o senador.

Jucá também apresentou projeto de lei fixando o superávit em 3%. A diferença entre este índice e os atuais 4,25% representaria, segundo cálculos apresentados pelo senador, cerca de

R\$ 20 bilhões.

— Seriam recursos da União, estatais, estados e municípios importantes para a geração de empregos e o desenvolvimento do país — justificou Romero Jucá.

Pelo projeto, a meta será distribuída em 1,8% do Produto In-

terno Bruto (PIB) para os orçamentos fiscal e da seguridade social (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), 0,45% para as empresas estatais e 0,75% para os estados e municípios. Na avaliação de Jucá, houve melhora no cenário econômico brasileiro — “as desconfianças em relação ao novo governo dissiparam-se” — não se justificando um esforço fiscal dessa magnitude.

## Arthur Virgílio quer nova oportunidade para convênios

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu ao governo federal que adie por mais 60 dias o prazo para entrada em vigor do decreto que determina o cancelamento da liberação de recursos para os convênios firmados no ano passado que não tiverem suas obras iniciadas até a data da publicação do decreto, dia 13 de fevereiro. O governo concordou em adiar o prazo por apenas 30 dias.

— Essa decisão gera desemprego e atinge programas de alto alcance social, como o projeto Alvorada (que tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais por meio da melhoria das condições de vida das áreas mais carentes). Entendemos ainda que fica muito difícil para o governo, em prazo tão curto, controlar as obras que foram ou não iniciadas.

Na avaliação do senador, o governo Lula deve honrar a palavra

que o governo passado empenhou ao assinar os convênios. Ele opinou que a ampliação do prazo permitirá que sejam detectadas possíveis irregularidades em convênios, e que os responsáveis sejam punidos. Virgílio disse que, se o governo não se sensibilizar com o apelo, está disposto a apresentar projeto de decreto legislativo suspendendo a validade do decreto assinado por Lula.

Romeu Jucá (PSDB-RR) apoiou a manifestação de Virgílio e lembrou que parte dos recursos empenhados no exercício de 2002 e que podem ter sua liberação cancelada foram fruto de entendimentos no Congresso feitos por partidos, líderes e parlamentares, independente de integrarem a base governista. Tião Viana (PT-AC) registrou que o decreto do governo tem como objetivo detectar irregularidades nos convênios.



# Aprovada indicação para ministro do STJ

Durante sabatina na Comissão de Justiça, Teori Albino Zavascki defende controle externo do Poder Judiciário, bem como adoção do efeito vinculante para decisões dos tribunais superiores



Edison Lobão explicou que a adoção da medida foi solicitada por diversos senadores

## Relatórios da CCJ serão divulgados com antecedência

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram ontem que os relatórios das matérias em tramitação serão encaminhados aos integrantes do colegiado na quinta-feira da semana anterior à da reunião em que serão apreciadas. A medida, explicou o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), já é adotada por outras comissões da Casa.

— A divulgação prévia dos relatórios tem sido solicitada pelos membros da comissão, que argumentam que tal medida iria possibilitar um melhor estudo do tema sob exame — afirmou Lobão, explicando que a sistemática atual permite ao relator entregar seu voto apenas no decorrer da reunião em que o projeto é apreciado.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), observou que o conhecimento prévio do voto do relator facilitará o posicionamento dos senadores e deverá acelerar o exame das matérias.

Os senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Luiz Otávio (PMDB-PA) também manifestaram posição favorável à adoção da nova sistemática.

### REFORMA POLÍTICA

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apelou ao presidente da CCJ para que sejam colocadas em votação, com a maior brevidade possível, todas as propostas que compõem a reforma política. O senador Edison Lobão concordou com o pedido de Jefferson e informou que a secretaria do colegiado já está instruída para incluir o assunto na pauta das próximas reuniões.

O juiz Teori Albino Zavascki teve seu nome aprovado, ontem, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com 19 votos favoráveis, para ocupar uma vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decorrente da aposentadoria do ministro Jacy Garcia Vieira. A confirmação para o cargo ainda depende de votação em Plenário.

Teori Albino Zavascki é juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que tem sede em Porto Alegre (RS), e formou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1972, onde também obteve o título de Mestre em Direito Processual Civil. O relator da mensagem presidencial de indicação foi o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que destacou as qualificações jurídicas do escolhido.

Em resposta ao líder do PT, senador Tião Viana (AC), Zavascki falou de sua preocupação com as notícias recentes dando conta de que membros do Poder Judiciário estariam envolvidos em uma “indústria de concessão de *habeas*



A mensagem presidencial com o nome de Teori Albino Zavascki, que obteve na Comissão de Justiça 19 votos favoráveis e dois contrários, será votada agora no Plenário

*corpus*”. Para ele, “apenas a possibilidade de existência da presença de influência externa no Judiciário já é preocupante e serve para alertar sobre o poder interno das instituições”.

### CONTROLE EXTERNO

— Hoje já existe, praticamente, um consenso na magistratura sobre a necessidade de criação de órgão de controle externo do Judiciário. O que não pode ocorrer é a instituição, nesse caso, de um órgão de atuação paralela ao Poder Judiciário — esclareceu Zavascki em resposta a questão

do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

O candidato ao cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça também manifestou posição contrária à criação de novos tribunais regionais, pois, segundo ele, isso não resolveria o problema da demora no julgamento dos processos. Em sua opinião, a questão se solucionaria com uma melhor estruturação dos tribunais já existentes e a adoção de mecanismos de especialização das turmas de juízes dessas cortes. O assunto foi tema de per-

## Zavascki defende valorização da primeira instância

Na sabatina a que se submeteu, ontem, na CCJ, Teori Albino Zavascki defendeu, como forma de filtrar o número de processos que chegam às instâncias superiores, a valorização do juiz de primeira instância. Em resposta aos senadores Demóstenes Torres (PFL-GO) e Marcelo Crivella (PL-RJ), o magistrado disse acreditar que essa seja a melhor solução para diminuir o número de processos que esperam julgamento em terceira instância.

Crivella questionou o juiz acerca da necessidade de duplicar-se o número de ministros do STJ, de 33 para 66, tendo em vista, inclusive, que o prédio do tribunal, em Brasília, tem espaço suficiente para a instalação desse número de ministros. Já Demóstenes defendeu uma revisão das possibilidades recursais de modo a tornar o recurso ao segundo grau exclusivo para decisões jurídicas, limitando a apresentação dos fatos e produção de provas à primeira instância.

— A resposta depende do modelo de Judiciário que queremos. Se as causas continuarem chegando da maneira como estão aos tribunais superiores, precisaremos mais que duplicar o número de juízes do STJ. Ou esse número é artificial ou humanamente é impossível que o julgamento seja maduro e adequado — declarou.

Já o senador Magno Malta (PL-ES) criticou o fato de as brechas existentes nas leis permitirem que aqueles que podem contratar bons advogados, como traficantes de drogas, consigam protelar as decisões e até se livrar de condenações. O parlamentar também anunciou que deve apresentar projeto para proibir que ministros de tribunais superiores possam advogar depois de aposentados.

Zavascki admitiu que um bom advogado faz grande diferença no processo, já que o juiz só pode decidir de acordo com o material que recebe e o seu papel é fa-

zer a defesa ou promover a investigação. Como solução, o juiz sugeriu que seja implantado um sistema adequado de Defensoria Pública. Ele também considera que a proibição de que magistrados voltem a advogar não é uma boa solução. “O problema está na própria organização do sistema”, afirmou.

### EXCESSO DE LEIS

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) questionou se o país tem leis em excesso. Ele também quis saber a opinião do juiz sobre as reformas constitucionais frente à posição do ministro Marco Aurélio Mello, presidente do STF, de que a Constituição está sendo emendada demais.

O juiz criticou a tendência a institucionalizar constitucionalmente não apenas os problemas essenciais, mas também os periféricos. Como exemplo, Zavascki citou a reforma do Judiciário, que poderia se ater a tópicos importantes, como o controle externo desse Poder e o efeito vinculante.

guntas elaboradas por Tião Viana e pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

Ainda em resposta a Geraldo Mesquita, Zavascki disse que é favorável à mudança da legislação para possibilitar que os membros de todos os tribunais superiores sejam julgados pelo Senado por crime de responsabilidade, da maneira como prevê a lei atual com relação aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

### EFEITO VINCULANTE

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) quis saber a posição do magistrado quanto ao chamado efeito vinculante (dispositivo constante da proposta de reforma do Judiciário definindo que decisões de tribunais superiores deverão ser observadas por tribunais de instância inferior). Zavascki respondeu que considera positivo o mecanismo, desde que aplicado para causas relacionadas com fatos notórios e de direito geral. Na sua opinião, esse instrumento seria inaplicável para determinadas matérias, como as que tratam de direito de família.

## Comissão vai ouvir ministro Thomaz Bastos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, ontem, requerimento do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), convidando o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a prestar esclarecimentos sobre questões relacionadas a sua pasta. O Ministério da Justiça é responsável por assuntos como o sistema penitenciário nacional e direitos humanos, e pela Polícia Federal.

A CCJ também aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propondo audiência pública para discutir os três projetos que regulamentam a atividade das cooperativas. As matérias são de autoria do próprio Suplicy, do senador Osmar Dias (PDT-PR) e do então senador José Fogaça (PPS-RS). Serão convidados o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues; o ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner; e o economista Paul Singer, especialista em economia solidária.



## Paim garante apoio à cota para negro em universidade

Em conversa com o deputado Raul Jungmann, senador se dispõe a ajudar na ampliação da frente parlamentar contra discriminação racial

O 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), comprometeu-se ontem com o deputado Raul Jungmann (PMDB-PE) a reunir todas as forças favoráveis à adoção de uma política de cotas para negros nas universidades. Ele quer debater e propor ações afirmativas que revertam a visão negativa da opinião pública em relação à polêmica estabelecida pelo recente vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.



Paim (D) acerta com Jungmann ação em defesa de cotas para negros

Segundo Paim, a política de cotas foi implantada com sucesso em outros países, como na Índia e nos Estados Unidos.

— A verdade é que as elites, não tendo interesse, estão levando a opinião pública a se posicionar contra a política de cotas. Nós vamos produzir informações para abastecer a imprensa e mostrar

que a medida dá certo e é benéfica para a sociedade — afirmou.

Paim ainda se comprometeu a ajudar a ampliar a frente parlamentar contra a discriminação racial e a solicitar a entrada dos Estatutos da Igualdade Racial e do Idoso na pauta de votação da Câmara, ambos de sua autoria.

Jungmann informou que apresentará proposta de realização de uma mostra de ações afirmativas em favor da população negra que já deu certo em municípios, empresas, organizações não-governamentais e igrejas. Outra sugestão do deputado é a apuração do que realmente aconteceu na UERJ.

— Não é apenas uma experiência que determina uma política nacional — salientou.

O deputado ainda comunicou a Paim que entregou ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI), com 208 assinaturas, para investigar os grampos telefônicos na Bahia, para a qual pediu apoio. O senador explicou ao deputado que a iniciativa é de exclusiva competência do presidente da Câmara, e que não cabe ao Senado qualquer tipo de interferência no processo.

## Senador recebe camisa do Internacional

O 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem a camisa número 9 do Sport Club Internacional das mãos do presidente do time, Fernando Carvalho. O dirigente também agradeceu a ajuda de Paim para resolver um problema de documentação do jogador paraguaio Diego Gavilan. Ele explicou que a camisa 9 não tem um dono, pois foi adotado o sistema de rodízio entre os jogadores, mas que esse número foi usado pelo maior



Paulo Paim encontrou-se ontem com o presidente do clube, Fernando Carvalho

agendamento de um encontro de Paim com o governador Germano Rigotto.

fez o gol no jogo inaugural do Estádio Beira-Rio, em 4 de abril de 1969.

Paim também foi visitado pelo deputado federal José Ivo Sartori (PMDB-RS), que é natural de Caxias, mesma cidade do 1º vice-presidente. No encontro, os parlamentares conversaram sobre a atuação conjunta da bancada gaúcha em favor do

agendamento de um encontro de Paim com o governador Germano Rigotto.

## Ideli Salvatti homenageia carnaval brasileiro

“Axé, paz e luz neste carnaval. O povo brasileiro é muito especial.” Com essa saudação, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) encerrou ontem um discurso em que cantou o hino de sua escola de samba — a Embaixada Copa Lord — e beijou sua bandeira, reverenciando com esse gesto todas as outras escolas, afoxés, maracatus, blocos de frevo e demais manifestações do carnaval brasileiro.

Ela disse que, com o beijo, expressava reverência e respeito “à

velha guarda” de sua agremiação e também às escolas Protegidos da Princesa, Unidos da Coloninha e Consulado do Samba, todas de Florianópolis.

Ideli Salvatti se definiu como uma carnavalesca de primeira hora, visto que foi fotografada vestindo uma fantasia quando ainda não tinha oito meses de idade. Numa reflexão sobre a magnitude do carnaval e do samba na construção da identidade nacional, ela leu trechos do livro da pes-

quisadora Cristiana Tramonti, *O Samba Conquista Passagem*.

A senadora concordou com a autora no entendimento de que o carnaval é uma vivência cotidiana para o brasileiro, dado que, “em todas as classes sociais, em todos os momentos históricos do último século, anualmente repete-se o rito do carnaval”. Ela também enfatizou que, por ser tão cotidiano, o carnaval faz parte da identidade, da memória, do presente e do futuro do país.

## Demóstenes considera essencial unificar polícias

Em seu primeiro discurso em Plenário, o senador Demóstenes Torres (PFL-GO) afirmou ontem que o modelo policial brasileiro assenta-se em bases equivocadas e precisa ser reformado em profundidade. Para ele, o Brasil só terá uma política adequada de segurança pública com unificação das polícias civil e militar.

— Com dualidade de comando, remuneração diferenciada, ideologia divergente e convívio conflitante, o sistema policial nunca irá funcionar. O Senado tem de assumir o compromisso de compor o conflito de interesses entre civis e militares e instituir uma polícia única — argumentou Demóstenes, que foi secretário de Segurança Pública de Goiás.

Segundo Demóstenes, o método do trabalho policial no Brasil ainda persegue a confissão, o que leva ao abuso de autoridade e à tortura, quando o país já deveria ter um sistema nacional de informações capaz de gerenciar o que se chama “inteligência da investigação”.

Ele disse observar com preocupação que a vinculação entre pobreza e criminalidade seja pensamento corrente no governo e na sociedade. Além de equivocada,



Demóstenes Torres: modelo policial brasileiro assenta-se em bases equivocadas

afirmou o senador, essa vinculação tem servido para postergar a solução dos problemas. A tranquilidade pública não pode esperar o crescimento econômico, o pleno emprego e a distribuição de renda, observou, mesmo reconhecendo que a degradação social é um dos indutores da violência.

Demóstenes ressaltou que a violência e o submundo prosperam, na América Latina, porque existe um Estado infrator. Ele lembrou estatísticas do Banco Mundial mostrando que 40% do Produto Interno Bruto (PIB) da região são desviados em decorrência da corrupção e do mau gerenciamento dos recursos públicos.

## Para Almeida Lima, reforma política deve ser prioritária

O senador Almeida Lima (PDT-SE) propôs ontem, em seu primeiro pronunciamento no Plenário, que o Senado dê prioridade à reforma política, que ele considera não deva restringir-se aos aspectos político-eleitorais, mas ser uma verdadeira reforma de Estado. O senador admitiu que a proposta não coincide com a do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que pretende dar prioridade para as reformas tributária e da Previdência.

Almeida Lima lamentou que o PT, depois de 23 anos na oposição, prefira priorizar, como governo, reformas “conjunturais e pontuais, de vida curta”. Para o senador, a sociedade brasileira precisa definir se deseja um Estado unitário e centralizador ou uma verdadeira Federação de estados e municípios. Na sua opinião, é impossível convi-

ver em um Estado cuja Constituição afirma que o país é uma Federação, mas que, no seu corpo, estabelece ordenamento caracterizador de um Estado unitário.

Tal como está concebido, argumentou Almeida Lima, o Estado brasileiro centraliza poderes exclusivamente na União, o que tem

se mostrado impróprio para governar um país de dimensão continental.

O senador enalteceu as riquezas do país, lamentou o estado de pobreza em que se encontra a população e disse que, com formação ju-

rídica, pretende propor durante seu mandato reformas profundas na atual estrutura do Estado.

José Jorge (PFL-PE) registrou seu apoio à proposta de Almeida Lima de o Senado dar prioridade à reforma política.



Almeida Lima sugere reformas profundas na estrutura do Estado



### Aumentos superam inflação

Entre 1999 e 2002, o aumento acumulado de preços dos serviços de telefonia fixa ficou nove pontos percentuais acima do acumulado da inflação. Veja abaixo uma comparação entre a variação da inflação anual e o aumento acumulado da telefonia fixa, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em %:

Ano	Aumento da telefonia fixa	Inflação anual
1999	8,86	8,94
2000	13,68	5,97
2001	7,55	7,67
2002	11,87	12,53
Acumulado no período	48,9	39,9

Fonte: IBGE

## Reajustes nas tarifas de telefonia fixa podem ser fiscalizados

Os aumentos previstos nos contratos das concessionárias de serviços de telefonia fixa poderão ser acompanhados pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que preside a comissão, disse ontem que é necessária alguma "adaptação" nos contratos decorrentes da desestatização do setor, "por ser um tipo de prestação de serviço novo para nós, brasileiros".

Dessa forma, o senador compartilhou as preocupações do ministro das Comunicações, Miro Teixeira, que anunciou na terça-feira a disposição do governo de rever o índice de correção desses contratos, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), como alternativa para limitar os reajustes tarifários dos serviços de telefonia fixa previstos para junho e julho deste ano. Pelos cálculos do ministério, os reajustes poderiam variar

entre 31% e 34%, considerados inadmissíveis pelo ministro.

Suassuna espera que na próxima reunião da CFC, agendada para 12 de março, algum integrante da comissão apresente um requerimento de informações sobre esse assunto, seguindo iniciativa adotada para verificar as crises dos setores elétrico e habitacional, com cinco pedidos a serem encaminhados a autoridades do governo.

O senador explicou que a CFC tem por incumbência a fiscalização e o controle dos recursos federais. Ele salientou, no final da reunião de ontem, que, se alguém tiver conhecimento de desvios de dinheiro da União, poderá escrever, encaminhando a denúncia à comissão. "Se tiver substância, nós iremos fazer a fiscalização", afirmou. O senador informou que a CFC tem 240 processos para examinar. Desses, 200 já foram distribuídos aos parlamentares.

## Paulo Octávio propõe Subcomissão de Turismo

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) quer que o turismo tenha uma subcomissão permanente no Senado. Requerimento nesse sentido foi protocolado ontem, pedindo que a subcomissão funcione no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual ele é o vice-presidente.

Com a nova subcomissão permanente, Paulo Octávio pretende que sejam elaborados estudos aprofundados para embasar iniciativas legislativas que facilitem o desenvolvimento do turismo no país.

– Se no ano 2000 conseguimos captar mais de US\$ 5 bilhões, gerando 1,63 milhão de empregos diretos e outros 750 mil indiretos,

com toda a falta de infra-estrutura e apoio do Estado para que nos tornemos competitivos no âmbito internacional, imaginem o que o futuro nos reserva – afirmou Paulo Octávio, justificando sua proposição.

O senador informou que durante o IV Congresso Brasileiro de Turismo, realizado ano passado, foi concebido um programa emergencial, com modestas ações governamentais que seriam capazes de gerar 600 mil novos postos no setor. A indústria do turismo em todo o mundo, explicitou Paulo Octávio, gera 260 milhões de empregos e rende US\$ 650 bilhões anuais em impostos, movimentando 52 segmentos da economia.

# Comissão examina crise nos setores elétrico e habitacional

Requerimentos apresentados na CFC pedem informações sobre atuação de concessionárias e da Caixa Econômica Federal

Dois grandes setores da economia, o elétrico e o habitacional, centralizaram as discussões dos senadores na segunda reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), ontem. Foram apresentados e discutidos cinco requerimentos solicitando informações às autoridades do governo para apurar a extensão da crise nas distribuidoras de energia e para esclarecer a atuação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), criada para adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras, como a Caixa Econômica Federal.

Os requerimentos foram debatidos, mas não puderam ser votados em função de a pauta do Senado estar "trancada" até que seja votada a medida provisória que repactua as dívidas de pequenos agricultores.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que preside a CFC, assinou três dos quatro pedidos para explicar a crise do setor elétrico, dirigidos aos presidentes da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo.

A preocupação maior dos requerimentos, segundo Suassuna, é a denúncia veiculada pela imprensa em relação às práticas de terceirização que estão ocorrendo nas distribuidoras de energia, como forma de inflar custos e obter reclassificação de tarifas, cobrando mais dos consumidores.

### REMESSAS

O senador partiu do caso Eletropaulo e sua controladora, a americana AES. No requerimento ao diretor-geral da Aneel, Suassuna indaga que medidas estão sendo adotadas para verificar se há administração fraudulenta e qual a punição que pode ser aplicada se isso for constatado. Como exemplo, ele cita a relação mantida pela Eletropaulo, que compra energia da AES Tietê Geradora, outra empresa do mesmo grupo, a preços superfaturados. Isso, continua Suassuna, tem elevado os custos da distribuidora paulista e justificado o aumento de tarifas após a sua privatização.

O presidente da CFC questiona, inclusive, se não houve falhas no



Ney Suassuna, que preside a Comissão de Fiscalização e Controle, deseja informações sobre a situação do setor elétrico

modelo de privatização do setor elétrico, permitindo endividamentos expressivos junto ao BNDES e remessas indevidas ao exterior. Por essa razão, solicitou ao presidente do BNDES que relacione as medidas em estudo para a hipótese de a americana AES não honrar compromissos de US\$ 1,2 bilhão junto àquela instituição. Suassuna também quer saber quais as justificativas para a operação, que possibilitou a distribuição de dividendos no valor de US\$ 318 milhões aos acionistas, em lugar da Eletropaulo pagar a dívida da controladora.

O requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), o último do setor elétrico, foi destinado a apurar indícios de irregularidades em empréstimos, aplicações e tarifas praticadas pelas Centrais Elétricas do Pará (Celpa). O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu que essa verificação seja extensiva a todas as empresas do grupo Rede, que controla a distribuidora paraense e mais sete distribuidoras no país.

A CFC encaminhou ainda a tramitação do requerimento do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que pretende obter informações do presidente da Caixa, Jorge Mattoso, sobre a transferência de contratos

para a Emgea e suas consequências para os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Com 19 perguntas, o senador procura esclarecer a crise do setor habitacional, que apresenta altos índices de inadimplência, paralisando praticamente os financiamentos habitacionais para baixa renda em determinados estados.

Na sua próxima reunião, a CFC deve votar todos os requerimentos apresentados ontem, inclusive o convite ao ministro Waldir Pires para explicar a atuação da Corregedoria Geral da União, solicitação encaminhada pelo senador Eurípedes Camargo (PT-DF).

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Antero Paes de Barros acertaram a formalização de um requerimento conjunto, por meio do qual deverão ser convocados o advogado-geral da União e o ministro da Saúde, Humberto Costa, para tentar resolver a divergência entre Executivo e Legislativo sobre a aplicação da Emenda Constitucional nº 29, que vinculou recursos à saúde. A diferença na interpretação tem provocado perda de R\$ 1 bilhão por ano para a área da saúde.

## Privatização começou em 1995

A privatização de empresas do setor de energia começou em 1995, quando a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escesa) foi vendida para investidores estrangeiros. De lá para cá, foram desestatizadas três empresas federais e 20 estaduais, entre geradoras e distribuidoras. A receita com as vendas alcançou US\$ 29,7 bilhões. O valor, no entanto, chega a US\$ 32,6 bilhões se somado com a venda, por parte da União e estados, de participações minoritárias nas empresas.

Entre 1990 e 2002, a receita com privatização de estatais de energia respondeu por 31% do programa brasileiro de privatizações, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

# ILB abre ano letivo com homenagem a Sarney

Romeu Tuma, primeiro-secretário do Senado, destacou visão de estadista do presidente da Casa por criar o instituto, em 1995. Senador destacou resultados como formação de 1.500 servidores no último ano e motivação dos funcionários

Durante a cerimônia de abertura do ano letivo de 2003 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), ontem, o primeiro-secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), fez uma homenagem ao presidente da Casa, senador José Sarney, por ter criado em 1995 o instituto que, só no ano passado, ofereceu treinamento a 1.500 servidores.

— Os bons resultados alcançados pelo ILB resultam da visão de estadista que Sarney sempre demonstrou — afirmou Tuma, que foi acompanhado na homenagem pelo diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia.

Emocionado, Tuma lembrou que foi servidor público por 50 anos e disse que tem visto funcionários do Senado com um entusiasmo impagável. Fez um apelo para que parlamentares e funcio-

nários sejam parceiros em defesa do Congresso.

O senador lembrou a importância do treinamento oferecido pelo ILB, não só para o público interno, mas especialmente para pequenas prefeituras, que muitas vezes não dispõem de recursos para ter profissionais habilitados para tratar de seu orçamento.

O diretor-geral do Senado e vice-reitor executivo da Universidade do Legislativo (Unilegis), Agaciél da Silva Maia, lembrou que a criação tanto do ILB quanto do sistema de comunicação social da Casa foram iniciativas de José Sarney. Para Agaciél, o ótimo resultado dos dois órgãos provou que Sarney estava certo.

— Ficou provado que o fortalecimento dos recursos humanos da Casa trariam os resultados que



Cerimônia de abertura dos trabalhos do ano contou com a presença de senadores e diretores do Senado, além de dirigentes do ILB e da Unilegis

estamos colhendo — disse.

Durante a cerimônia foi apresentada a nova página do instituto na Internet, a ser inaugurada logo após o carnaval. Entre outras possibilidades, a página permitirá fazer matrícula em cursos, ter infor-

mações sobre as opções de estudo disponíveis e saber detalhes sobre os convênios e parcerias firmados pela instituição com assembleias legislativas e órgãos como o Banco Central, o Tribunal de Contas da União e a Polícia Federal.

Entre os cursos oferecidos pelo ILB, neste ano, estão o de Alfabetização de Adultos, Licitações e Contratos, Desenvolvimento Gerencial, Processo Legislativo e Utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf), além de cursos de informática para alunos da rede pública do Distrito Federal. Em 2002, 1.500 servidores receberam algum tipo de treinamento no ILB, o que representa um em cada três funcionários da Casa. A instituição pretende que, num futuro próximo, todo servidor passe por pelo menos um treinamento anual no instituto.

Estiveram presentes à cerimônia o senador Eurípedes Camargo (PT-DF), o diretor do ILB, Florian Madruga, conselheiros da Unilegis e assessores do ILB.

## Quintanilha defende formação de geriatras

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) defendeu, ontem, o incentivo à formação de médicos geriatras e técnicos em gerontologia social, pois o Brasil terá 38 milhões de pessoas, com mais de 60 anos, até 2020. Hoje, os 15 milhões de brasileiros com mais de 60 anos são atendidos por apenas 550 médicos geriatras e 350 gerontólogos sociais.

— Cada um desses profissionais teria de atender a cerca de 30 mil idosos, o que é totalmente impossível. Dessa forma, fica sem qualquer assistência especializada uma grande parcela da população idosa — disse.

Presidente da Subcomissão do Idoso, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), Leomar Quintanilha anunciou que está pronta a



Para Quintanilha, país não tem tratado com seriedade o envelhecimento da população

Cartilha do Idoso, preparada pela subcomissão, onde podem ser encontradas informações referentes às pessoas da terceira idade, inclusive toda legislação que trata da área. O trabalho está à disposição de técnicos e interessados

nessas questões.

O senador lamentou que o envelhecimento da população brasileira não venha sendo encarado como um problema sério. Na Subcomissão do Idoso, os senadores vêm discutindo e aprovando leis para amenizar os problemas das pessoas com mais de 60 anos. Quintanilha destacou que a maior vitória conseguida em 2002 foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça.

Para presidir o Conselho Nacional do Idoso, foi indicada recentemente Maria José Barroso, “que tem uma excelente folha de serviços prestados” aos idosos no Ceará e que lutou pela criação da Política Nacional do Idoso, enfatiza Leomar Quintanilha.

## Cresce número de idosos no mundo

O crescimento da população idosa não acontece só no Brasil. O aumento de 19 anos na expectativa de vida em todo o mundo seria uma das explicações para o fato.

Em 1950, havia cerca de 204 milhões de idosos no planeta, número que passou a 579 milhões

de pessoas em 1998 — crescimento de quase 8 milhões por ano. Atualmente, no mundo, uma em cada dez pessoas tem 60 anos ou mais. Estimativas da Organização das Nações Unidas indicam que em 2050 a relação será de uma para cinco, e de uma para três nos países desenvolvidos. Na América La-

tina, as projeções indicam que serão 93 milhões de pessoas com mais de 60 anos em 2025.

Os países com maior porcentagem de idosos são: Itália (23,1%), Japão (22,3%), Alemanha (21,8%) e o Reino Unido (20,4%).

Fontes: Organização das Nações Unidas e Agência Estado.



Paulo Octávio entregou proposta ao ministro Cristovam Buarque

## Paulo Octávio quer centro tecnológico em Brasília

Em visita ao Ministério da Educação (MEC), o senador Paulo Octávio (PFL-DF) entregou ao ministro Cristovam Buarque solicitação para que o governo instale um Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) no Distrito Federal. Na opinião do senador, novos métodos e sistemas educacionais, assim como o incremento de atividades não poluentes, experimentam no DF maior possibilidade de sucesso.

— Poderíamos transformar o DF em um “Vale do Silício” brasileiro, além de contribuir para a formação de milhares de jovens candangos, que assim teriam um novo campo de atuação profissional — disse o parlamentar.

Paulo Octávio e Cristovam

Buarque também conversaram sobre a implantação, em todo o Brasil, de um programa de alfabetização de operários da construção civil. No encontro, o senador, que alfabetiza há 11 anos os operários de seu grupo empresarial, foi convidado para ser o interlocutor do ramo da construção civil no projeto.

O parlamentar e o ministro agendaram, ainda, reunião para o dia 17 de março. Na ocasião, presidentes dos sindicatos da construção civil de todos os estados estarão presentes para definir com o Ministério da Educação as linhas de uma parceria ou de um convênio entre as entidades patronais e o ministério no programa de alfabetização.